

Do Tabor ao Safira, participação vazia e solução única: um caso de reassentamento urbano em São Paulo

Egeu Gomez Esteves* e Jéssica Ravênia Ferreira Rocha**

Resumo:

Este artigo analisa um caso de reassentamento involuntário na perspectiva dos moradores. As entrevistas no local de moradia possibilitaram conhecer as etapas iniciais de chegada e adaptação à nova morada, observar a operacionalização da política de reassentamento urbano e conhecer a percepção social dos moradores sobre as dificuldades e desafios enfrentados no percurso. A pesquisa demonstrou que a condução da política de reassentamento produziu uma participação vazia de significação e passiva de atitude, apresentando uma solução única distante do modo de vida que os moradores levavam no Tabor e assimétrica quanto à realidade socioeconômica dos moradores realocados. As distintas percepções dos moradores acerca da política de reassentamento urbano sugerem que a perspectiva dos direitos não predominou, ficando a ação do Estado em um espaço de confusão simbólica entre o direito, a troca e a bênção.

Palavras-chave: Reassentamento urbano; Pesquisa Participante; Participação Social; Políticas Urbanas.

From Tabor to Safira, empty participation, and unique solution: a case of urban resettlement in São Paulo

Abstract:

This paper analyses a case of involuntary resettlement by the perspective of the residents. The interviews held at the place of residence made it possible to know the initial stages of arrival and adaptation to the new housing, observe the operationalization of the urban resettlement policy and report the residents' social perception of the difficulties and

* Doutor em Psicologia Social. Docente do Instituto das Cidades, Universidade Federal de São Paulo, Campus Zona Leste, São Paulo-SP, Brasil. End. eletrônico: egeu.esteves@unifesp.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2482-4421>

** Especialista em Cidades, Planejamento Urbano e Participação Popular pela Universidade Federal de São Paulo, Campus Zona Leste, São Paulo-SP, Brasil. End. eletrônico: jessicarocha_ses@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2325-8392>

challenges faced during the process. The research demonstrated that the conduction of the urban resettlement policy produced a meaningless participation and a passive attitude, presenting a unique solution far removed from the way of life of the Tabor's residents and asymmetric as to the socioeconomic reality of the relocated residents. The residents' different perceptions about the urban resettlement policy suggest that the perspective of rights did not prevail, leaving the State's action in a space of symbolic confusion between rights, exchange, and blessing.

Keywords: Urban Resettlement; Participative Research; Social Participation; Urban Policies.

Introdução

Remoções urbanas são uma constante nas ações de desfavelamento do Estado brasileiro. Utilizadas para a realização de obras de infraestrutura urbana e de mitigação de impactos ambientais, elas comprometem a experiência de moradia, rompem a rotina das relações comunitárias e alteram as práticas cotidianas que conformam o viver nas cidades. Com a conquista do direito à moradia, o desfavelamento passou a incluir o reassentamento das famílias removidas, segundo Denaldi, “trata-se da produção de novas moradias de diferentes tipos (apartamentos, habitações evolutivas, lotes urbanizados) destinadas aos moradores removidos dos assentamentos precários consolidáveis ou não consolidáveis”. (2009, p. 112)

A obra de infraestrutura “PAC Drenagem Aricanduva”, na Zona Leste de São Paulo, comparece no discurso oficial do Estado (PMSP, 2018) como uma intervenção necessária, que tem como objetivos: evitar alagamentos na região; recuperar as margens do rio, criar praças e áreas de lazer e preservar a vida dos moradores da região.

Prevista desde 2012, as famílias removidas só tiveram conhecimento da obra em 2018, conforme cronograma apresentado pela Prefeitura de São Paulo (PMSP, 2018). A obra previu o reassentamento das famílias, removidas involuntariamente das áreas de risco, para unidades habitacionais definitivas (apartamentos) do Residencial Safira, localizado a 8,5 km de distância. A operação, iniciada em 2019, removeu moradores de sete favelas da Zona Leste de São Paulo: Tabor (59 famílias), Jardim São Gonçalo (228 famílias), Piscinão Aricanduva II (135 famílias), Lupércio de Souza Cortez (186 famílias), Itápolis (31 famílias), São Francisco (1 família) e Tanque Itápolis (35 famílias).

O reassentamento ocorreu em duas etapas realizadas nos meses de julho e outubro de 2019 (PMSP, 2019). A proposta do Residencial Safira foi apresentada aos moradores das favelas como um projeto direcionado para as famílias que atendessem aos seguintes critérios: renda mensal até R\$ 3.600,00; que não tivessem histórico de atendimento pelos programas habitacionais da SEHAB, COHAB, CDHU e Caixa Econômica Federal; e que não possuíssem imóveis particulares.

O programa habitacional está vinculado às obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, enquadrado no Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV conforme o Decreto 7499/2011 artigo 8, inciso 3.

§ 3º Serão dispensadas a participação financeira dos beneficiários de que trata o inciso I do caput e a cobertura a que se refere o inciso III do caput nas operações com recursos provenientes da integralização de cotas do FAR, quando essas operações:

I - forem vinculadas às programações orçamentárias do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e demandarem reassentamento, remanejamento ou substituição de unidades habitacionais (Brasil, 2011);

A variação de renda não foi fator de distinção no acesso ao projeto habitacional, presumindo que famílias com rendimento igual ou próximo a “zero” estariam em condições de assumir as despesas da nova morada.

Objetivo e Método

Compreender como ocorreu o processo de remoção involuntária e reassentamento das famílias na perspectiva dos moradores realocados no Residencial Safira e avaliar a operacionalização da política habitacional por parte da Prefeitura de São Paulo, esses foram os objetivos da pesquisa. Esses objetivos se mostraram coerente com uma modalidade participante de pesquisa qualitativa em ciências sociais, que considera que:

A realidade concreta é algo mais que fatos ou dados tomados mais ou menos em si mesmos. Ela é todos esses fatos e todos esses dados e mais a percepção que deles esteja tendo a população neles envolvida. Assim, a realidade concreta se dá a mim na relação dialética entre objetividade e subjetividade. (Freire, 1981, p.35)

Assim, para alcançar tais objetivos, a pesquisa assumiu um desenho participante que possibilitasse o acesso tanto à perspectiva dos moradores, expressa no relato aos pesquisadores, como às significações elaboradas e compartilhadas entre eles, pois:

Simplemente, não posso conhecer a realidade de que [os grupos populares] participam a não ser com eles como sujeitos também deste conhecimento que, sendo para eles, um conhecimento anterior (o que se dá ao nível da sua experiência cotidiana) se torna um novo conhecimento. Se me interessa conhecer os modos de pensar e os níveis de percepção do real dos grupos populares, estes grupos não podem ser meras incidências de meu estudo. (Freire, 1981, p.35)

A identificação e reconhecimento dos participantes da pesquisa ocorreu via moradores da Favela do Tabor, que frequentaram o curso de extensão “Espaço Urbano e Participação Popular” promovido pelos professores (as) da Unifesp, Campus Zona Leste, no ano de 2019 (Fernandez et al, 2019). Após o contato telefônico, realizamos visitas no Residencial Safira e lá conseguimos dialogar com outros moradores que aceitaram participar da pesquisa. As conversas foram realizadas no Residencial Safira nos meses de agosto e setembro de 2019, em dias e horários alternados, e foram transcritas para possibilitar posterior análise e interpretação.

A possibilidade de conversar com os moradores do Residencial Safira, *in loco*, e nas primeiras semanas de sua adaptação à nova moradia, foi fundamental na realização deste trabalho, pois o processo de aproximação com a realidade vivida ressaltou os receios, anseios e frustrações no momento presente, tornando o relato dos moradores rico de significações.

Resultados

Este trabalho demonstra o impacto de uma ação estatal de reassentamento involuntário na vida das pessoas afetadas e a reação, ou seja, como os moradores do Residencial Safira se organizaram para enfrentar as questões cotidianas diante das mudanças e desafios impostos. Apresentaremos trechos dos relatos dos entrevistados acerca da chegada ao residencial e dos diversos momentos que possibilitam compreender as mudanças ocasionadas em suas vidas. Os moradores serão apresentados com nomes de pedras de grande valor para representar a riqueza das suas histórias de vida e para manter em sigilo suas identidades.

Mudança e adaptação

A chegada ao residencial foi, antes de tudo, a efetivação de um movimento anterior que carregou expectativas, resistências e sentimentos que se alternavam. A chegada à nova moradia foi também um processo de reconstrução do cotidiano, no qual os novos moradores precisaram reaprender o que antes era habitual, como estabelecer contatos com os vizinhos, a nova forma de habitar, reconstruir o sentimento de lar em um ambiente novo e descobrir os recursos do bairro. Estas foram etapas percorridas para o desenrolar das atividades cotidianas.

Observamos que a chegada ao residencial se confrontou, ao menos para parte dos moradores, com a antiga forma de viver na favela e que a comparação entre os dois lugares despertou posicionamentos diversos. Inicialmente, as demandas práticas para solicitar o fornecimento de eletricidade, gás natural ou para organizar a mobília etc. exigiram um esforço importante dos moradores e, à medida que foram sendo

resolvidas, as relações de sociabilidade se tornavam mais evidentes, entre elas os afetos e as tensões.

Os relatos dos moradores apresentam, como desafios iniciais, a morosidade para o fornecimento de serviços básicos como energia elétrica e gás, como nos afirma Rubi:

— Aí eu fui descobrir que eu não tinha luz, que eu não tinha gás, né? Meu Deus, e agora? Aí todo mundo já correndo aqui, porque a mudança tinha começado dia 1º, que mesmo agendando a Comgás ainda não [tinha instalado]. Fez uma confusão da bexiga, que não tinha conseguido atender a demanda, não *tava* atendendo o pessoal de 1º de agosto [...] eu mudei dia 06. Foram dois dias comendo pão com mortadela e suco, suco não, era refrigerante mesmo. Outras pessoas ficaram 15 dias, 15 dias esperando o gás. (Rubi)

O processo de mudança, embora previamente planejado, não considerou o fornecimento dos serviços mínimos e essenciais à habitação, com reflexos imediatos sobre necessidades humanas vitais de alimentação, sono e higiene. Com isso, os recém-moradores encontraram-se à mercê da falta desses serviços ainda no período de transição entre casas. O oneroso e moroso acesso a estes serviços conflitou com a antiga realidade de muitas pessoas que, antes, não possuíam acesso formal a eles.

As narrativas dos moradores apresentam também a complexidade da experiência da nova forma de morar. Se por um lado se afastaram do “risco” representado pelas enchentes, por outro, conheceram novos “riscos” representados pelo aumento das despesas devido à incerteza quanto à possibilidade de perder o apartamento caso não consigam arcar com as despesas do condomínio. É presente na fala de alguns moradores o dilema de priorizar pagar o condomínio ou custear a alimentação:

— A gente só tá assim se adaptando com os negócios das contas. Então a gente fica moldando para saber, a gente vai levar uns 3, 4 meses para saber como é que vai ficar, quanto é que vai vir o valor. Isso a gente tem que tomar muito cuidado, porque lá a gente até podia ficar sem pagar luz e água, lá as vezes eu podia até deixar uns 2 meses de conta para depois pagar e não cortava. Aqui não, aqui é rapidinho. Então a gente vai dar prioridade para água, para luz e pro condomínio, né, aí depois vem a comida, e aí a gente vai levando. [...] Se você chegar a inadimplente por 6 meses você já perde o apartamento, né? Aqui no verde me disseram que são três meses que deram, porque sempre tinha uma votação que a gente fazia. (Rubi)

— Teve uma mulher que esse mês ela pagou o condomínio. Tá desempregada e não teve nada para comer. E o que que a gente

fez? A moça passou no grupo, aí a gente foi fazendo uma vaquinha, um foi dando arroz, outro feijão, outro... Aí formamos uma cesta para ela para não ficar com fome. Porque ela ficou com medo de não pagar o condomínio, ficar uma bola de neve, ou comer. Então ela optou por pagar, pagou, mas não tinha o que comer! A sorte que pelo menos ela abriu a boca, aí uma moça [disse]: “gente vamos nos reunir!”. Por ser uma comunidade a gente sabia o que passava lá, porque sempre tinha um, tinha muito aquela coisa de calor humano, tinha sempre aquela coisa de um ajudando outro. Então, isso a gente trouxe para cá, então sabendo daquele com dificuldade a gente vai correr por aquele. (Rubi)

— Está sendo muito difícil. Para mim mesmo, está sendo difícil. Tem muita gente aqui que não tem condição de pagar condomínio. Tem muita gente aqui que vive com bolsa família de cento e poucos reais. Você dentro de casa, são quatro ou cinco filhos. Como que vai pagar condomínio e sustentar a casa? Tem muita gente aqui que não tem condições de morar em um condomínio, para pagar esse absurdo. (Topázio)

— Então fica difícil para nós, porque se eu ganho novecentos e poucos reais para pagar condomínio, água, gás e luz, se torna muito para mim. A única coisa que eu acho mais pesado é isso aí, porque se o condomínio fosse menos, melhorava a nossa situação. (Esmeralda)

Para algumas famílias, a mudança para o residencial agravou ainda mais a condição de pobreza ao promover um aumento das despesas. As fontes de obtenção de renda não foram criadas e as dificuldades se agravaram pela perda do trabalho informal realizado na favela. Nesse contexto, se intensificaram os laços de solidariedade tão presentes na comunidade, fomentando várias modalidades da ajuda mútua, como o socorro imediato, evidenciando a coletividade de tais demandas, de busca por trabalho e renda, de garantia à alimentação etc.

A proposta única apresentada pela política habitacional à situação dos moradores da comunidade Tabor e adjacências se mostrou assimétrica diante da realidade de algumas famílias, pois exigiu uma contrapartida incompatível com a situação socioeconômica de parte dos moradores. O relato de Rubi descreve o impacto das novas despesas como fator determinante na mudança de algumas famílias para outras favelas da cidade.

— Quem não tiver apto para isso vai embora. Pode ter certeza que vai, ontem chegou outra que era minha vizinha, ela tem 9 filhos, ela escolheu eu não sei se foi o 4º ou 5º andar, ela já pegou três advertências, não, duas advertências. Então, o que ela fez? Ela já vendeu o apartamento dela por R\$ 60 mil. Ela falou: “não vou ficar”. Porque o marido dela é pedreiro, então

todo mês de janeiro ele fica parado, “eu não vou ter para condomínio, muito menos para sustentar meus filhos, então mesmo que eu venda barato eu vou cair fora”, então já avisou aqui que tá saindo. [Ela disse:] “a minha solução tá sendo essa, eu vou pegar um barraquinho em outra favela, né? E vou sair daqui, porque eu não tenho condições de manter. (Rubi)

Apesar do discurso da casa própria e da possível segurança que um endereço fixo possibilita, parte dos entrevistados não reconhecem a estabilidade do imóvel, pois não dispõem de meios para manter os pagamentos de condomínios e outras despesas, o que colabora para a incerteza e a constante preocupação de perder o apartamento.

A realocação para o Residencial Safira, para além dos desafios das condições materiais, também apresenta desafios quanto às relações de sociabilidade e ao novo modo de vida. Alguns entrevistados apresentaram insatisfação na experiência de viver em um apartamento, principalmente com as regras impostas para utilização da área comum do residencial, que limita o uso e práticas de lazer para os moradores. Além disso, a utilização dos espaços de lazer está condicionada ao prévio pagamento, como o salão de festas.

— Que área de lazer é essa? A churrasqueira é só de enfeite. Fizeram de enfeite, porque até para você fazer um churrasco você tem que pagar essa porcaria aí. [...] Até o salão de festas, se você for fazer uma festa, um aniversário de uma criança ou o seu próprio aniversário, você tem que agendar cinco dias antes. Existe isso? Não existe. A gente paga. Todo mês a gente paga quinhentos contos de condomínio, além de água, luz e gás. Nós pagamos quinhentos reais. (Topázio)

Vários entrevistados percebem as regras do condomínio como mecanismo de controle sobre suas próprias vidas, sendo assim, alguns entrevistados comparam sua relação com o residencial à experiência de estar numa cadeia ou prisão, conforme os trechos a seguir:

— Se a gente não tiver o nosso lazer, a gente vai ser obrigado a vender e comprar uma casa melhor, porque aqui a gente está tipo em uma cadeia, preso. Se a gente quiser fumar um cigarro, tem que ir lá fora. Tomar uma cerveja, tem que ir para o boteco, arriscar de tomar um tiro com uma bala perdida ou ser assaltado, não é? Aí fica difícil. (Topázio)

— Nós temos horário até de ficar aqui embaixo, para você ter uma ideia. Eu nunca vi isso. [...] Até dez horas. Como que pode você morar em uma residência que é sua, que você paga todo mês, e você ter até horário? você está em uma cadeia? Parece. Você tem horário até de ficar aqui embaixo. Falaram para nós ali. [...] nós não estamos em uma prisão, para oito horas nós estamos dormindo. (Topázio)

A satisfação ou insatisfação de residir no residencial aparece inversamente associada à experiência que se tinha em residir na favela. Ou seja, percebemos que quanto mais satisfeitos estavam em residir na favela, maiores as dificuldades na adaptação em morar no condomínio. Questionados sobre suas vidas antes de mudar para o residencial, afirmam:

— Ótima! A comunidade é boa, é normal. Onde eu morava, mesmo, nem tem o que falar. Só era ruim quando chovia, porque era muita lama, muito barro, aí o negócio ficava difícil. Mas era tudo perto, açougue perto, escola perto, ônibus toda hora na porta. Aqui é uma burocracia para você pegar uma perua. É de duas em duas horas para você pegar uma perua aqui. A gente sai para trabalhar quatro horas da manhã, a perua passa às cinco. Aí fica difícil! Tem que fazer um abaixo-assinado para colocar mais ônibus para nós. (Topázio)

— Eu não gostava de lá, quando falaram que era para vir para cá, nossa, eu fui a primeira a arrumar as minhas coisas. [Lá] tinha várias coisas: tinha boca de fumo na porta; a turma fumando drogas lá, sabe? E isso para mim não servia, não gostava de ver aquilo. E eu com cheiro de maconha me sobe, parece um bicho na minha cabeça, me dá dor de cabeça. (Pérola)

— Naquela comunidade eu cheguei quando eu tinha uns oito anos de idade. Eu vivi lá uns vinte, vinte e cinco anos. Lá eu passei por muita dificuldade. Enchentes, criminalidade. Agora, de uns tempos para cá, de uns dez anos para cá, até melhorou, mas antes era cruel. Lá é, praticamente, a minha infância inteira passei lá. A minha história foi construída lá. Eu entrei na escola que tem lá. [...] Aquela comunidade é a minha história. Não conheço outro local a não ser aquele. (Jasper)

Mesmo quem relatou insatisfação com o antigo local de moradia também demonstrou nostalgia das relações comunitárias estabelecidas no antigo endereço. Rubi relata:

— Aqui o bairro é um pouco mais frio. Isso me baqueou um pouquinho. Talvez porque eu tava numa comunidade, na comunidade o pessoal é mais prestativo, tem aquelas pessoas ruins, mas tem pessoas prestativas, “você tá precisando de alguma coisa, você tá precisando de um remédio?” “Nossa, você tá desempregada? Tenho um pouquinho aqui, vamos dividir”. Aqui às vezes a pessoa te olha, na mesma igreja, da mesma rede, totalmente diferente, aqui o pessoal é meio nariz empinado. (Rubi)

Percepção sobre a nova moradia

As histórias de vida dos entrevistados mostram que há mais de 30 anos se falava sobre a remoção da favela. Muitos entrevistados viveram parte das suas vidas com a incerteza da mudança e, devido ao tempo decorrido, estavam descrentes da possibilidade de serem realocados. Para aqueles que almejavam outro local de moradia, a possibilidade de mudar para um apartamento se mostrou como uma bênção divina.

— Eu gostei muito de morar lá. Graças a Deus que de lá eu estou aqui. Onde Deus me deu lá, também me trouxe para cá, porque a gente só tem as coisas tudo com ajuda do Mestre, não é? Eu estou aqui, eu estou muito bem, graças a Deus. (Esmeralda)

— Eu creio que era uma coisa melhor para mim. Se foi Deus que deu, então Deus daria uma coisa melhor. Então eu pensava que era coisa boa. Tanto que eu vinha de lá, vinha na porta para ver e falava: “não acredito que isso vai ser meu, eu não acredito”. Foi uma coisa boa. (Pérola)

As distintas percepções dos moradores acerca do acesso à Política Habitacional sugerem que a perspectiva do direito à moradia não predominou, ficou oscilante entre o direito, a troca e a bênção.

O sentido da “bênção” expressa ainda a forma como os moradores percebem o acesso à habitação. Dessa forma, as desigualdades sociais são compreendidas numa dimensão que perpassa uma determinação divina, e as “provações” já vividas na favela são uma etapa necessária para obtenção de bênçãos. O não questionamento de uma sociedade produtora de desigualdades sugere naturalização, conformismo e passividade diante das contradições de classe e decisões político-econômicas que envolvem suas vidas. O sentido da bênção também sugere que o acesso às políticas públicas foi algo distante em suas vidas, tendo contado com a própria sorte no acesso à moradia em algum assentamento precário.

Um elemento importante para alguns entrevistados se refere à forma como a posse do apartamento foi apresentada aos moradores. Esmeralda informou que não sabe ler muito bem, porém, conseguiu compreender que no contrato estava escrito “doação”, e discorda que o acesso ao apartamento seja uma doação, conforme nos explica:

— Eu vou falar. Só o que eu não gostei foi o documento escrito: 'doador'. Porque doação não se paga. Você diz: “tem uma roupa aqui para doar, eu vou cobrar”? Não, não é? Se é doado não é cobrado. Para onde a gente vai, a gente gasta água, gás e luz. Mesmo que a casa seja sua, você tem que pagar essas três coisas, senão você não vive. Para onde for, ninguém é obrigado a dar nada para ninguém [...]. No documento podia

ser assim: “esse apartamento está doado para Dona Esmeralda no lugar da residência onde ela morava porque nós vamos precisar arrumar o rio.” Aí era bonito. Agora botou assim: “doação.” Não é doação. Para mim não é. Quando eu vi que era doação e saí gaguejando, saí procurando saber o que é. Então não é doação, porque a gente paga condomínio, água, gás e luz. [...] Então se é doado eu achei muito, porque isso aí a gente vai pagar para o resto da vida. A gente sabe que esse ano é um preço, e a gente sabe que o ano que vem a gente não sabe quanto que vai pagar, porque você sabe que tudo aumenta. (Esmeralda)

O relato de Esmeralda sugere indignação com o termo “doação” por não condizer com realidade, já que a associação do termo à gratuidade não se efetivou com a mudança para o residencial, pois os moradores são compelidos a assumir o pagamento de despesas contínuas e progressivas, que comprometem porcentagem significativa de suas rendas mensais. A narrativa da Esmeralda sugere ainda que o acesso ao apartamento se deu por uma espécie de “troca”, quando precisou entregar a sua casa a fim de atender ao interesse do Estado para a construção de obras públicas de drenagem do rio.

Compreende-se assim que a “troca” da casa na comunidade pelo apartamento no residencial não foi uma escolha do morador, mas uma determinação por parte do Estado. Dessa forma, não se trata de uma “troca”, mas de uma remoção involuntária marcada pela arbitrariedade do Estado. Jasper relata as limitadas possibilidades de “escolha” dos moradores diante da remoção:

— Quando eles apareceram, deram duas opções para a gente. A pessoa que tinha casa que estava na área da remoção, ela poderia fazer a troca, a permuta, que eles chamam. Poderia fazer a permuta por uma casa que fica na comunidade. Minto, não teve outra opção. Ou você faz a permuta ou, infelizmente, quando a obra vir você vai ter que ser despejado. Não existe um valor, não existe uma outra forma, não existe um outro local. Seria essa. Permuta ou aquela famosa reintegração de posse. [...] Não tiveram muita opção, para falar a verdade. (Jasper)

A falta de diálogo na negociação com os moradores restringiu as possibilidades apresentadas pelo Estado ao reassentamento das famílias no residencial Safira. Para viabilizar a realocação, o Estado consentiu, segundo os moradores, na troca de casas pelas famílias em áreas de risco por locais mais centralizados da favela. Diante de possibilidades tão limitadas, as famílias foram compelidas a “aceitar” a mudança para o residencial ou teriam que trocar suas casas por construções mais precárias para não serem alvo de reintegração de posse.

A imposição da decisão repercutiu na relação e adaptação que alguns moradores têm com o residencial, percebida na depreciação das áreas comuns do

prédio ou nos conflitos entre os moradores. As depredações ocorridas no prédio ocasionaram o aumento das despesas mensais, pela necessidade de ratear novos serviços, o que gerou imensa insatisfação dos moradores. Tais situações tensionaram ainda mais a relação de vizinhança:

— A gente tem uns probleminhas, igual ela disse. Tem um pessoal que veio obrigado, porque não tinha outra opção, ou até veio mesmo para tentar a vida. Também veio muita gente que veio para, de certa forma, tumultuar. Infelizmente, a gente tem essa porcentagem. (Jasper)

— Para nós está sendo difícil. Muitas coisas aqui estão erradas. Aconteceu um fato aqui nos prédios e todo mundo vai ter que pagar esse fato que muita gente não fez. [...] O roubo que teve aí. Reuniram todo mundo para pagar o valor de oito mil reais. Tem um elevador ali quebrado que eu não sei o valor dele, quanto que ficou para arrumar. Aí todo mundo vai pagar, mas a gente não pode pagar por um erro dos outros. Quem fez o erro que tem que pagar, não é? Estou certo ou estou errado? Se eu erro, eu tenho que pagar com o meu erro. Agora, todo mundo pagar o erro dos outros, é difícil. Eu vou pular alto. Se vir na minha conta esses negócios aí para eu pagar, eu vou pular alto. (Topázio)

— Algumas pessoas não estão dando valor e estão destruindo, então você acaba entrando nesse rateio. Você fica chateado. Talvez tenha muita gente que ficou que gostaria de estar aqui, mas não está. Talvez muitas pessoas vieram porque não acharam justo trocar a casinha por uma mais inferior e veio, mas não queria estar aqui, não está gostando de pagar tudo isso, não está satisfeita aqui. Então, é uma faca de dois gumes. (Jade)

— Agora nós vamos ter que pagar, fazer um rateio para pagar as câmeras pra pôr aqui, pagar cinco meses de rateio. [...] Pegaram as mangueiras de emergências, os moleques, sabe aquela parte cromada? Eles pegaram tudo aquilo para vender. Cortaram aquilo, pegaram as lâmpadas lá fora, vandalismo. Quem é que paga? Nós! Os moradores! [...] Então essa dificuldade muita gente tá tendo, de não aceitar de dizer: “nossa eu saio cedo, vou trabalhar, aqueles vagabundos que não faz nada, vandalizam e depois a gente é obrigada a pagar por eles”, isso a gente tá tendo. (Rubi)

A experiência de morar no residencial também é sentida por alguns moradores como uma forma de restrição e condicionamento ao pleno gozo do bem, quando associam a duração de dez anos para adquirirem a escritura do apartamento. O tempo de dez anos, para alguns entrevistados, é uma “pena” a ser cumprida.

Desta forma expressam que suas vidas estão impedidas. As expectativas para o futuro são posteriores ao período mencionado.

— A minha expectativa para o futuro, eu vou falar a verdade para você, eu não pretendo ficar aqui. Falaram que era dez anos, mas eu acho que não chega até isso não. Talvez, uns quatro, cinco anos a gente já está passando isso aí para a frente. Eu vou esperar dez anos aqui, que a gente não pode fazer nem um churrasco para comer com a família? Você está de brincadeira? (Topázio)

— A minha ideia é que daqui dez anos a gente já pode vender, a gente já pega com o contrato em mãos. A minha ideia e a ideia dela (esposa), pelo menos o que a gente conversa, é que daqui a dez anos isso esteja bem certinho, sem essa bagunça. Que esse pessoal, de certa forma, se conscientize, que entenda que aqui é a casa deles. Daqui dez anos a nossa expectativa é essa, que esteja tudo certinho, tudo organizado. Se não for, a nossa ideia é vender e comprar uma casa. (Jasper)

— Eu gostaria que daqui a dez anos as pessoas estivessem de outra maneira. Não que as pessoas tenham que esperar esses dez anos, Deus queira que ainda neste mês as pessoas tenham consciência da maravilha que é isso daqui e do cuidado que elas têm que ter com isso daqui [...]. Mesmo se eu não for ficar daqui os dez anos eu espero que aqui esteja maravilhoso. Mas eu gostaria muito de ter um quintal, com uma arvorezinha lá no fundo, um pé de goiaba, não sei ainda. (Jade)

Nota-se assim que parte dos moradores idealizava a mudança para outro tipo de moradia após adquirirem as escrituras dos apartamentos. No entanto, cabe ressaltar que as famílias eram recém-chegadas ao condomínio e que ainda se adaptavam à nova moradia.

Discussão

Quanto aos resultados da pesquisa, observa-se que parte dos achados são comuns em outros processos de remoções. Janice Perlman (1977), ao analisar processos de remoções no estado do Rio de Janeiro em meados das décadas de 1960 e 1970, relata sobre a funcionalidade da favela nas vidas dos moradores. Em seu estudo a favela se apresentava como uma solução funcional diante dos principais problemas cotidianos dos habitantes das cidades: localização, oportunidades de trabalho, serviços e benefícios urbanos, rede de apoio dos vizinhos etc. Ela percebeu que um dos aspectos mais importantes que estimulavam alguns moradores a se oporem à mudança para os conjuntos habitacionais era o baixo custo de residir na favela, pois no geral não pagavam aluguel, e era comum o acesso irregular aos serviços de energia elétrica e água. Concluiu, então, que o baixo

custo da moradia era acompanhado pelo precário acesso a saneamento ambiental e a exposição a áreas de riscos. Esses achados e conclusões, cinco décadas antes, são muito similares à condição encontrada atualmente na favela do Tabor, erguida às margens do Rio Aricanduva.

A autora detecta que, no plano individual, se opunham mais à mudança os moradores que têm casas de melhor qualidade quanto à estrutura do imóvel. E também os moradores mais integrados na favela apresentavam maior relutância que os menos integrados. Podemos observar que o mesmo ocorreu com os moradores realocados no Residencial Safira.

Conheçamos o *modus operandi* das remoções involuntárias das décadas de 60 e 70:

De acordo com a CHISAM, a remoção de uma favela é uma operação muito simples. A primeira notificação sobre a mesma é feita através dos meios coletivos de informação, seguida de uma comunicação oficial à Associação de Moradores. Entrevistadores percorrem a favela recolhendo dados sobre tamanho da família, renda e lugar de trabalho. Este levantamento constitui a base para a disposição das novas moradias. Fornece-se informação sobre os novos locais, e os favelados são convidados a visitar os conjuntos. Alguns dias antes da remoção, cada família recebe a comunicação de quando será transferida e para onde será levada. Na manhã do dia apazado, cada família acomoda suas posses em caminhões, deixando atrás todo o material de construção, que é destruído para não poder ser reutilizado na construção de outro barraco. (Perlman, 1977, p 252)

Percebemos que a condução da política de reassentamento urbano operada com as famílias reassentadas no Residencial Safira muito se assemelhou à utilizada nas remoções realizadas nas décadas de 1960 e 1970 e descritas por Perlman. Porém, é necessário notar que enquanto aquelas foram executadas em um contexto de ditadura militar que reprimia a participação popular, as atuais se dão em um contexto democrático que torna imprescindível tal participação, inclusive como exigência das políticas habitacionais.

Porém, o que encontramos ao pesquisar o processo de remoção dos moradores do Tabor e região e realocação deles nos Safira foi que os operadores da política de reassentamento urbano (SEHAB e SIURB) criaram uma situação de participação vazia de significado e passiva de atitude, sem possibilidade de construção de outras alternativas de moradia na comunidade ou opções alternativas que atendessem às famílias com menor poder aquisitivo e, portanto, sem condições de custear as despesas geradas com o condomínio.

Seguindo o mesmo procedimento dos anos de ditadura, a “participação” realizada por meio dos encontros promovidos pelos gestores da política habitacional

teve caráter meramente informativo sobre decisões já estabelecidas pelo Estado, uma vez que SIURB e SEHAB já tinham tudo definido sobre a remoção e a realocação no Residencial Safira.

A proposta do Estado para os moradores entrevistados desconsiderou a organização socioespacial da favela, sua condição enquanto espaço de moradia e de trabalho, geralmente realizado no domicílio, contribuindo para dificultar a obtenção de renda de muitos moradores que exerciam suas atividades nos antigos locais de moradia. O resultado é o mesmo de cinco décadas antes:

Apesar das novas unidades terem sido programadas para ser a moradia permanente e segura dos favelados, esses não podem ou não querem pagar por elas, o que os deixa tão inseguros quantos antes, sempre à espera do dia de serem expulsos para um lugar ainda menos satisfatório. (Perlman, 1977, p. 262).

Desconsiderar a organização na favela e o modo de vida de seus moradores é uma consequência de uma política habitacional manejada sem efetividade na participação social da população envolvida, que não pôde propor ou reivindicar alternativas à única solução apresentada. Assim, mesmo em um contexto democrático, a implementação de uma política que promova remoções e realocações involuntárias, quando desconsidera o modo de vida dos envolvidos e impede sua real e ativa participação, produz desenraizamento, agravamento da situação de pobreza e o comprometimento da confiança e estima recíprocas necessárias à sociabilidade dos moradores.

A pesquisa demonstrou que o medo da perda da moradia ocorre, principalmente, pela dificuldade do pagamento do condomínio. Esse receio impõe aos moradores decisões dramáticas como priorizar o pagamento dessa despesa em detrimento da alimentação. E sinalizou a necessidade de ampliar a análise para além das características dos imóveis, seja na favela ou no residencial. Desta forma, entende-se que as significações dos afetos estão relacionados ao ato de habitar e à construção da identidade. Conforme Arruda:

O ato de “habitar” está na base da construção do sentido da vida, nos modos de apropriação dos lugares da cidade, a partir da casa. Dessa forma, o ato do habitar produz a “pequena história”, aquela construída nos lugares comuns, por sujeitos comuns, na vida diária. Neste sentido, habitar possui um sentido mais amplo e social e não se resume a apenas um lugar para dormir, mas para permanecer e manter laços. (Arruda, 2009, p.22)

O processo de remoção não se reduz à mudança de moradia e deve considerar a história do lugar que se entrelaça com a biografia dos moradores. Um dos entrevistados sinalizou que a sua história de vida e suas experiências se deram a partir da Comunidade Tabor, que não conhecia outro lugar além daquele. Bosi, nos

estudos sobre memória social, ressalta a biografia dos bairros na construção do sentido de identidade. Conforme a autora:

Escutando muitos depoimentos, nós percebemos que os bairros têm não só uma fisionomia como uma biografia. O bairro tem sua infância, juventude, velhice. Esta, como a das árvores, é a quadra mais bela, uma vez que sua memória se constituiu. Nas histórias de vida podemos acompanhar as transformações do espaço urbano; a relva que cresce livre, a ponte lançada sobre o córrego, a divisão dos terrenos, a primeira venda, o primeiro bazar. As casas crescem do chão e vão mudando [...] O bairro é uma totalidade estruturada, comum a todos, que se vai percebendo pouco a pouco, e que nos traz um sentido de identidade. (Bosi, 2003, p. 73-75)

Deste modo, a favela como espaço urbano se relaciona com a história de vida dos seus moradores, e a remoção é marcada pelo que se deixa para trás, que não se limita a casa, se estende às lembranças de infância e juventude, dos amigos, dos encontros, ou seja, dos aspectos que constituem a identidade dos sujeitos. Entendemos, dessa forma, que a remoção produz também a ruptura de laços sociais significativos.

Considerações finais

O período de realização da pesquisa, nas primeiras semanas após o reassentamento, contribuiu para captar as demandas e desafios no momento presente da mudança, quando as famílias eram recém-chegadas no residencial. Os moradores carregam as expressões da desigualdade social já vivenciadas na favela, o que pode ser observado pela precarização nas relações de trabalho; e pelo impacto gerado com o aumento das despesas que se tornou insustentável para uma parcela dos moradores que não dispunham de rendimento mensal suficiente. Desta forma, ainda no período de pesquisa, soubemos de moradores que haviam deixado os apartamentos por locais desconhecidos em alguma favela da cidade.

Observamos que o processo de adaptação ao residencial estava atrelado a fatores econômicos e ao modo de vida dos moradores, o primeiro relacionado às condições materiais para custear as novas despesas com moradia, e o segundo estruturado de forma mais complexa como a reorganização da vida no espaço de um apartamento, das novas regras que restringem o lazer e a convivência, o restabelecimento dos vínculos comunitários e de pertencimento cujos laços foram esgarçados.

Compreendemos que a adaptação à nova moradia se entrelaça com a relação que tinham antes na favela do Tabor e que, quanto mais integrados na antiga forma de morar, maiores as dificuldades com a adaptação ao modo de vida do

apartamento. Ao mesmo tempo, aos que almejavam alternativas de moradia, o Residencial Safira foi por vezes apresentado como uma benção divina.

Os moradores narraram suas experiências e o modo de viver e sobreviver em lugares onde não predomina a cidadania. A figura do Estado, por vezes é representada por ações de controle, coerção e punição, postura esta predominante na criminalização da favela e dos seus moradores que, por sua vez, se reflete na implementação das políticas públicas.

Cabe observar que o processo reflete a intencionalidade da política, pois a resposta às famílias estava definida já nas primeiras reuniões, conforme podemos observar na apresentação do projeto realizado pelas equipes da SEHAB e SIURB (PMSP, 2018). Desse modo, o processo de execução do acesso à habitação não estava atrelado ao modo de vida da população na favela ou com a expectativa que essas pessoas tinham sobre o acesso à moradia.

Concluimos que a política de reassentamento urbano foi executada sem a participação efetiva da população afetada, produzindo uma participação vazia de significação e passiva de atitude, apresentando uma solução única descompassada do modo de vida que os moradores levavam no Tabor e assimétrica quanto à realidade socioeconômica dos moradores realocados, em especial na geração de novas despesas, no comprometimento dos laços sociais e de pertencimento e no agravamento da pobreza, o que contribui para que muitas moradores não permaneçam no residencial.

Referências

- ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de. *Política habitacional e remoção de favelas em cidades de porte médio: a experiência do conjunto habitacional Aldeia em Campos dos Goytacazes*. Dissertação (Mestrado. Rio de Janeiro: em Políticas Sociais). Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2009. Disponível em: <<https://cdsa.academica.org/000-080/124>> Acesso em: 02 dez. 2021.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- Brasil. *Decreto nº 7.499*, de 16 de junho de 2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7499.htm> Acesso em: 02 nov. 2021.
- DENALDI, Rosana. Assentamentos precários: identificação, caracterização e tipologias de intervenção. In: *Ministério das Cidades. Ações integradas de urbanização de assentamentos precários*. Brasília-DF; São Paulo: Ministério das Cidades; Aliança de Cidades, 2009.

- FERNANDEZ, Jaqueline Bória; LACZYNSKI, Patrícia; ESTEVES, Egeu Gomez; XAVIER, Marcos Antonio Moraes. O curso de extensão Espaço Urbano e Participação Popular: a construção da representação social às margens do Rio Aricanduva, Município de São Paulo-SP. In: *XXI ENCOB - ENCONTRO NACIONAL DE COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA*. Foz do Iguaçu (Brasil), 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.13140/RG.2.2.32129.61282>> Acesso em: 17 set. 2020.
- FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: Carlos Rodrigues Brandão (Org.). *Pesquisa Participante*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.
- PERLMAN, Janice. *O Mito da Marginalidade: Favelas e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.
- PMSP. Secretaria Municipal de Habitação. *PAC-2 Drenagem Aricanduva: Tabor, São Gonçalo, Piscinão Aricanduva e Lupércio de Souza Cortez*. 08 set. 2018. Apresentação Power Point. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/noticias/?p=263468>>. Acesso em: 23 mai. 2020.
- PMSP. Secretaria de Habitação. *Atendimento definitivo: Safira I, II, III, e IV*. jul./out. 2019. Disponível em: <<http://www.habitasampa.inf.br/atendimento/consulta-de-atendimentos-em-andamento-ou-encerrados/atendimento-definitivo/>>. Acesso em: 02 nov. 2020.
- VARGAS, Maria Auxiliadora Ramos. Moradia e pertencimento: a defesa do Lugar de viver e morar por grupos sociais em processo de vulnerabilização. *Cadernos Metrópole*, n. 18, v. 36, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3611>> Acesso em: 02 nov. 2021.